

USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS PARA REDUÇÃO DE PESO

Bárbara Barbosa Costalonga¹, Raphael Cardoso Rodrigues², Suelen Sampaio Lauer³, Caroline Merci Caliari de Neves Gomes³, Jessica Fabia Polese³

¹ Discente do curso de Farmácia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Docente do Curso de Farmácia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

³ Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

Este estudo investiga o uso irracional de medicamentos para redução de peso, destacando os fatores que contribuem para essa prática e seus impactos na saúde pública. O objetivo principal é identificar as causas, consequências e possíveis soluções para o uso inadequado desses medicamentos, com ênfase na automedicação e na influência da mídia. A metodologia adotada é uma pesquisa bibliográfica, revisando artigos recentes para garantir a atualidade dos dados. Os resultados revelam que o uso indiscriminado de anorexígenos, termogênicos e inibidores de apetite, sem supervisão médica adequada, pode resultar em efeitos adversos graves, como problemas cardiovasculares, distúrbios gastrointestinais e transtornos mentais. O estudo destaca a necessidade urgente de regulamentações mais rigorosas e de campanhas de conscientização para promover o uso racional desses medicamentos. Além disso, sugere a implementação de políticas públicas que garantam uma abordagem mais segura e informada para a gestão do peso, visando a redução dos riscos à saúde associados ao uso inadequado de medicamentos para emagrecimento.

Palavras-Chave: uso irracional; medicamentos para emagrecimento; automedicação; anorexígenos; termogênicos.

INTRODUÇÃO

O uso irracional de medicamentos é um problema de saúde pública amplamente reconhecido, que se manifesta de diversas formas, incluindo a automedicação, o uso inadequado de prescrições e o consumo excessivo de medicamentos sem necessidade clínica comprovada. Dentro desse espectro, o uso irracional de medicamentos para a redução de peso tem se tornado uma prática preocupante, especialmente em um contexto onde a obesidade é considerada uma epidemia global (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

A busca incessante pelo corpo ideal, impulsionada por padrões estéticos muitas vezes inatingíveis e pela pressão social, tem levado um número crescente de pessoas a recorrer a medicamentos para emagrecimento sem a devida orientação médica (Apovian, 2016). Esse comportamento é frequentemente alimentado por promessas de resultados rápidos e pela percepção de que esses medicamentos são uma solução fácil para a perda de peso. No entanto, a utilização desses fármacos sem supervisão médica pode acarretar diversos riscos à saúde, incluindo efeitos colaterais graves, dependência e a possibilidade de desencadear transtornos alimentares. Além disso, o uso indiscriminado de medicamentos para emagrecimento pode mascarar problemas subjacentes, como distúrbios metabólicos e emocionais, que necessitam de abordagens terapêuticas específicas e acompanhamento profissional. Portanto, é

crucial conscientizar a população sobre os perigos do uso irracional de medicamentos para emagrecer e promover práticas saudáveis e seguras para a gestão do peso corporal.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2020), a prevalência global da obesidade triplicou desde 1975, com mais de 1,9 bilhão de adultos com sobrepeso em 2016, dos quais mais de 650 milhões eram obesos. Esse cenário cria um terreno fértil para o uso inadequado de medicamentos para a perda de peso, que são frequentemente vistos como soluções rápidas para problemas complexos.

Os medicamentos para redução de peso, também conhecidos como anorexígenos, termogênicos ou inibidores de apetite, atuam de diferentes formas no organismo. Eles podem agir no sistema nervoso central para diminuir o apetite, aumentar o metabolismo ou interferir na absorção de nutrientes. Apesar de sua eficácia comprovada em alguns casos, o uso desses medicamentos sem acompanhamento médico pode levar a sérios efeitos colaterais, incluindo dependência, problemas cardiovasculares e transtornos psiquiátricos (Astrup & Rossner, 2000).

A disseminação de informações incorretas e a facilidade de acesso a esses medicamentos agravam ainda mais o problema. A publicidade direta ao consumidor, muitas vezes enganosa, e a venda de medicamentos sem receita são práticas comuns que contribuem para o uso irracional (Apovian, 2016). Nesse contexto, é crucial entender os fatores que levam ao uso inadequado desses medicamentos e os impactos dessa prática na saúde pública.

Para abordar essa questão, este trabalho de conclusão de curso (TCC) visa explorar as causas, consequências e possíveis soluções para o uso irracional de medicamentos para redução de peso. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com foco em artigos e estudos recentes, garantindo a relevância e a atualidade dos dados analisados, sem descartar as referências mais importantes e fundamentais que contribuíram significativamente para o entendimento do tema.

O uso irracional de medicamentos para redução de peso representa um desafio significativo para a saúde pública, especialmente devido aos riscos associados ao uso sem orientação médica. O principal problema reside na falta de conscientização e na disseminação de informações inadequadas sobre os efeitos colaterais e os riscos potenciais desses medicamentos. A automedicação e a influência da publicidade muitas vezes enganosas contribuem para a perpetuação desse problema. Como resultado, indivíduos que buscam soluções rápidas para perda de peso acabam se expondo a riscos consideráveis, incluindo dependência, complicações cardiovasculares e transtornos psiquiátricos (Astrup & Rossner, 2000).

Portanto, a questão central deste estudo é: quais são as principais causas e consequências do uso irracional de medicamentos para redução de peso, e quais medidas podem ser adotadas para mitigar esses riscos? Este problema de pesquisa busca não apenas identificar os fatores que contribuem para o uso inadequado desses medicamentos, mas também explorar as possíveis intervenções e políticas que poderiam reduzir sua prevalência.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na crescente prevalência de obesidade e sobrepeso globalmente, e na consequente busca por soluções rápidas e

fáceis para perda de peso. A Organização Mundial da Saúde (2020) destaca que a obesidade é um dos maiores problemas de saúde pública do século XXI, com um impacto significativo na morbidade e mortalidade.

Além disso, a prática da automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos para emagrecimento eram amplamente impulsionados por padrões estéticos muitas vezes inatingíveis e pela pressão social, fatores que agravavam a situação (Apovian, 2016). O entendimento das causas e consequências do uso irracional de medicamentos para redução de peso era essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes de saúde pública e para a promoção de práticas mais seguras e informadas entre a população. O estudo também se justificava pela necessidade de contribuir para a literatura existente, oferecendo uma visão atualizada e baseada em evidências sobre o problema. Ao explorar intervenções e medidas de mitigação, este trabalho visava fornecer recomendações que pudessem ser úteis para profissionais de saúde, legisladores e a comunidade em geral (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

Este estudo tinha como objetivo analisar as causas e consequências do uso irracional de medicamentos para redução de peso, bem como propor medidas de intervenção e políticas públicas que pudessem minimizar os riscos associados a essa prática. Os objetivos específicos incluíam identificar os principais fatores que contribuíam para o uso irracional de medicamentos para emagrecimento, avaliar os impactos na saúde física e mental dos indivíduos que utilizavam esses medicamentos sem orientação médica adequada, investigar a influência da publicidade e da indústria farmacêutica no consumo desses medicamentos, propor estratégias e políticas públicas que pudessem ser implementadas para reduzir a prevalência do uso irracional de medicamentos para redução de peso e revisar a literatura existente sobre o tema para fornecer uma base teórica sólida para as recomendações propostas (Organização Mundial da Saúde, 2020).

Este estudo se delimitava à análise do uso irracional de medicamentos para redução de peso no contexto brasileiro, com foco em artigos e publicações científicas recentes. A pesquisa era baseada exclusivamente em uma revisão bibliográfica, sem a realização de entrevistas ou coleta de dados primários. Eram consideradas fontes como artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais de organizações de saúde, tanto nacionais quanto internacionais. A análise era centrada nos efeitos na saúde, nos fatores socioeconômicos e nas políticas públicas relacionadas ao tema, assegurando que as informações mais atualizadas e relevantes fossem utilizadas, sem descartar as referências mais importantes e fundamentais que contribuíram significativamente para o entendimento do tema (Apovian, 2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

Definição e Classificação dos Medicamentos para Redução de Peso

Os medicamentos para redução de peso são substâncias farmacológicas projetadas para auxiliar na perda de peso através de diferentes mecanismos de ação. Esses medicamentos podem atuar diminuindo o apetite, aumentando o gasto energético ou

reduzindo a absorção de nutrientes, facilitando assim a perda de peso. Com base em seus mecanismos de ação, esses medicamentos são classificados em anorexígenos, termogênicos e inibidores de apetite (Apovian, 2016).

Existem diferentes tipos de medicamentos para a redução de peso, cada um com um mecanismo de ação específico. A seguir, são detalhados os principais tipos: Os anorexígenos são medicamentos que atuam no sistema nervoso central, suprimindo o apetite. Eles são geralmente prescritos para indivíduos com obesidade que não conseguiram perder peso através de dieta e exercícios físicos. Um exemplo comum é a sibutramina, que inibe a reabsorção de serotonina e noradrenalina, neurotransmissores que aumentam a sensação de saciedade e reduzem a ingestão alimentar (Halpern et al., 2011). A eficácia desses medicamentos é amplamente reconhecida, porém, seu uso deve ser cuidadosamente monitorado devido aos potenciais efeitos colaterais, como aumento da pressão arterial e risco cardiovascular (Smith et al., 2010).

Os termogênicos são substâncias que aumentam a temperatura corporal, acelerando o metabolismo e promovendo a queima de calorias. Entre os termogênicos mais utilizados está a cafeína, que estimula o sistema nervoso central e aumenta o gasto energético (Astrup et al., 2008). A cafeína, ao aumentar a termogênese, promove uma maior queima de calorias, o que pode ser especialmente útil no contexto da perda de peso. Outro exemplo é a efedrina, frequentemente encontrada em combinação com cafeína em suplementos para perda de peso. Estudos mostram que a combinação de efedrina e cafeína pode aumentar significativamente a termogênese e a oxidação de gorduras, resultando em uma perda de peso mais eficaz (Haller & Benowitz, 2000). Contudo, o uso de termogênicos deve ser feito com cautela devido aos riscos de efeitos adversos como hipertensão e problemas cardíacos.

Os inibidores de apetite são medicamentos que atuam bloqueando a absorção de gorduras no intestino ou modulando hormônios que controlam a fome. Orlistat é um exemplo de inibidor de apetite que impede a absorção de cerca de 30% das gorduras ingeridas, facilitando a perda de peso em combinação com uma dieta hipocalórica (Heck et al., 2000). O mecanismo de ação do orlistat envolve a inibição da lipase gastrointestinal, uma enzima crucial para a quebra das gorduras na dieta. Como resultado, as gorduras não digeridas são excretadas nas fezes, o que não só diminui a ingestão calórica, mas também pode melhorar os perfis lipídicos em pacientes obesos. Estudos demonstram que o uso de orlistat pode levar a uma perda de peso significativa e sustentada, além de reduzir os riscos de desenvolvimento de doenças associadas à obesidade, como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares (Pi-Sunyer et al., 2015).

Os mecanismos de ação dos medicamentos para perda de peso são variados e envolvem a modulação de diferentes sistemas fisiológicos responsáveis pelo controle do apetite, metabolismo e absorção de nutrientes. A seguir, são discutidos os principais mecanismos de ação dessas substâncias.

Os medicamentos que atuam no sistema nervoso central (SNC) são amplamente utilizados devido à sua eficácia na supressão do apetite. Esses medicamentos funcionam principalmente através da modulação de neurotransmissores, como

serotonina, noradrenalina e dopamina, que estão diretamente envolvidos no controle da fome e saciedade. A sibutramina, por exemplo, é um inibidor da recaptação de serotonina e noradrenalina, o que resulta em um aumento da saciedade e uma redução da ingestão calórica (Halpern et al., 2011). Este mecanismo é similar ao de outros medicamentos, como a fentermina, que estimula a liberação de noradrenalina, promovendo a redução do apetite ao ativar o sistema nervoso simpático (Haller & Benowitz, 2000).

Além da sibutramina e fentermina, outros medicamentos como o lorcaserin atuam seletivamente nos receptores de serotonina 2C no cérebro, que estão envolvidos na regulação do apetite. Estudos mostram que o lorcaserin pode ajudar na perda de peso de maneira eficaz e segura quando comparado a placebo, reduzindo significativamente a fome e aumentando a sensação de saciedade (Smith et al., 2010). Os termogênicos são outra classe de medicamentos para perda de peso que funcionam aumentando a taxa metabólica basal do corpo, promovendo a queima de calorias mesmo em repouso. A cafeína, um dos termogênicos mais conhecidos, atua estimulando o sistema nervoso central, aumentando a termogênese e, conseqüentemente, o gasto energético. Estudos demonstram que a cafeína pode aumentar o metabolismo em até 11%, resultando em um aumento significativo no gasto calórico diário (Astrup et al., 2008).

A efedrina, muitas vezes combinada com cafeína, é outro potente termogênico que promove a termogênese e a oxidação de gorduras. Pesquisas indicam que a combinação de efedrina e cafeína pode aumentar a taxa metabólica em até 5%, além de promover a lipólise, que é a quebra de gorduras armazenadas no corpo (Haller & Benowitz, 2000). Além disso, os agonistas do receptor GLP-1, como a liraglutida, mostraram ser eficazes na redução do apetite e na promoção da saciedade, contribuindo para a perda de peso significativa em pacientes obesos (Pi-Sunyer et al., 2015).

Os inibidores de apetite que atuam diretamente no sistema digestivo, como o orlistat, são projetados para impedir a absorção de gorduras no intestino. O orlistat inibe a lipase gastrointestinal, uma enzima crucial para a quebra das gorduras na dieta. Como resultado, aproximadamente 30% das gorduras ingeridas não são absorvidas e são excretadas nas fezes, levando a uma redução na ingestão calórica total (Heck et al., 2000).

Além do orlistat, os inibidores de SGLT2, como a dapagliflozina, são utilizados no tratamento do diabetes tipo 2, mas também promovem a perda de peso ao aumentar a excreção de glicose pela urina. Estudos demonstram que esses inibidores podem resultar em uma perda de peso significativa, melhorando não apenas o controle glicêmico, mas também contribuindo para a redução do peso corporal em pacientes com diabetes (Akalestou et al., 2022). Outro exemplo é o medicamento liraglutida, um agonista do receptor GLP-1, que além de aumentar a saciedade, retarda o esvaziamento gástrico, contribuindo para uma maior sensação de plenitude após as refeições (Pi-Sunyer et al., 2015).

Uso Racional e Irracional de Medicamentos

O uso racional de medicamentos é um conceito fundamental na promoção da saúde pública, que visa garantir que os pacientes recebam medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses adequadas, pelo período de tempo correto e ao menor custo possível para eles e para a comunidade. Em contraste, o uso irracional de medicamentos é caracterizado pela prescrição, dispensa ou consumo inadequado de medicamentos, resultando em desperdício de recursos e potenciais danos à saúde (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

O uso racional de medicamentos é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a prática em que "os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses que atendem às suas necessidades individuais, por um período de tempo adequado, e ao menor custo para eles e para a comunidade" (WHO, 2017). Esse conceito implica não apenas a seleção correta de medicamentos com base em evidências científicas, mas também a consideração dos aspectos econômicos e de segurança no uso desses medicamentos. Para promover o uso racional de medicamentos, a OMS recomenda várias intervenções-chave, incluindo o estabelecimento de um corpo nacional multidisciplinar para coordenar políticas de uso de medicamentos, a utilização de diretrizes clínicas baseadas em evidências, a criação de listas nacionais de medicamentos essenciais e a formação contínua de profissionais de saúde sobre a farmacoterapia baseada em problemas (WHO, 2020). O uso irracional de medicamentos, por outro lado, pode manifestar-se de diversas formas, como a prescrição excessiva de medicamentos (polifarmácia), o uso inadequado de antimicrobianos, a prescrição de medicamentos em doses incorretas e a automedicação com medicamentos que deveriam ser utilizados apenas sob prescrição médica (BMC Health Services Research, 2021). Este uso inadequado pode levar a consequências graves, incluindo reações adversas a medicamentos, aumento da resistência antimicrobiana e desperdício de recursos financeiros em sistemas de saúde. Estudos mostram que mais da metade de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos inadequadamente, e que cerca de 50% dos pacientes não os utilizam corretamente (WHO, 2017). Isso destaca a necessidade urgente de melhorar as práticas de uso de medicamentos tanto entre profissionais de saúde quanto entre os consumidores.

Para ilustrar, em um estudo realizado no Hospital Universitário de Hawassa, na Etiópia, foi identificado que 58% dos pacientes receberam prescrições de antibióticos, um número significativamente alto comparado aos padrões recomendados pela OMS (BMC Health Services Research, 2021). Este exemplo reforça a importância de políticas e programas que promovam a prescrição racional de medicamentos, reduzindo a incidência de uso irracional e melhorando os resultados de saúde. Por exemplo, a falta de adesão a diretrizes clínicas e a influência da indústria farmacêutica são fatores que contribuem significativamente para o uso irracional de medicamentos (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

A automedicação é uma das formas mais comuns de uso irracional de medicamentos. Estudos revelam que um grande número de pessoas recorre à automedicação para tratar sintomas comuns, sem consulta médica adequada, o que pode levar ao uso indevido de medicamentos e ao desenvolvimento de resistência antimicrobiana (PLOS

ONE, 2021). Outro aspecto crítico do uso irracional de medicamentos é a prescrição de antibióticos sem a devida indicação, o que contribui para o aumento da resistência bacteriana, um problema global de saúde pública (Frontiers in Pharmacology, 2021). A polifarmácia, ou a prescrição simultânea de múltiplos medicamentos sem justificativa apropriada, é outra característica do uso irracional. Essa prática é frequentemente observada em idosos e em pacientes com doenças crônicas, onde a falta de coordenação entre diferentes prescritores pode levar ao acúmulo de medicamentos e aumentar o risco de interações medicamentosas adversas (WHO, 2017).

Um exemplo clássico de uso irracional de medicamentos é a prescrição inadequada de antibióticos para infecções virais, onde esses medicamentos não têm eficácia. Em um estudo realizado na China, foi observado que 65% dos profissionais de saúde prescreveram antibióticos inadequadamente para casos de sintomas de asma presumida (Frontiers in Medicine, 2021). Outro exemplo é o uso excessivo de injeções quando formas orais de medicamentos seriam igualmente eficazes e menos invasivas (BMC Health Services Research, 2021). Outro caso notório é o da polifarmácia, onde pacientes recebem múltiplos medicamentos que não são necessários e que podem interagir de maneira adversa. Isso é comum em tratamentos de doenças crônicas, onde a falta de coordenação entre diferentes prescritores pode levar ao acúmulo de medicamentos. Em uma análise dos padrões de prescrição em um hospital na Etiópia, foi encontrado que 58% dos pacientes receberam prescrições de múltiplos medicamentos, muitos dos quais não eram clinicamente necessários (BMC Health Services Research, 2021).

A automedicação com antibióticos é outro exemplo significativo de uso irracional de medicamentos. Na Índia, por exemplo, um estudo revelou que 50% das pessoas que compraram antibióticos sem receita o fizeram para tratar infecções menores, sem orientação médica adequada, contribuindo para o aumento da resistência bacteriana (WHO, 2017).

Fatores Contribuintes para o Uso Irracional

O uso irracional de medicamentos para redução de peso é influenciado por uma série de fatores que envolvem aspectos culturais, sociais, econômicos e individuais. Compreender esses fatores é crucial para desenvolver estratégias eficazes para combater essa prática e promover o uso racional de medicamentos (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

Os aspectos culturais e sociais desempenham um papel significativo no uso irracional de medicamentos para redução de peso. Esses aspectos incluem padrões de beleza, pressão social, publicidade e a influência da mídia, todos os quais podem incentivar comportamentos inadequados em relação ao uso de medicamentos (Apovian, 2016). Os padrões de beleza impostos pela sociedade muitas vezes incentivam a busca por um corpo idealizado, o que leva muitas pessoas a recorrerem a medicamentos para perda de peso sem orientação médica adequada. A pressão para alcançar e manter um corpo magro pode ser intensa, especialmente em culturas onde a magreza é associada ao sucesso e à aceitação social. Estudos indicam que a insatisfação com

a imagem corporal é um forte preditor de comportamentos de risco, como a automedicação e o uso inadequado de medicamentos para emagrecimento (Trevisol et al., 2010). Essa pressão é exacerbada pela idealização de corpos magros na mídia e em plataformas sociais, onde figuras públicas frequentemente exibem padrões corporais difíceis de alcançar para a maioria das pessoas (De Menezes et al., 2018). A influência dos padrões de beleza não se limita às mulheres. Homens também enfrentam pressões significativas para alcançar uma aparência muscular, o que pode levar ao uso de substâncias para aprimoramento físico. A insatisfação corporal entre homens é alimentada por imagens de corpos musculosos na mídia, levando a comportamentos de risco como o uso de esteroides anabolizantes (Frontiers in Psychology, 2021). Além disso, a pressão social pode causar ansiedade e depressão, que muitas vezes levam à busca por soluções rápidas e inadequadas para perda de peso, exacerbando ainda mais o problema (Trevisol et al., 2010).

A publicidade e a mídia também contribuem significativamente para o uso irracional de medicamentos para redução de peso. Anúncios que prometem resultados rápidos e fáceis sem mencionar os riscos associados incentivam o uso de medicamentos sem a devida orientação profissional. A mídia frequentemente apresenta celebridades e figuras públicas que utilizam esses produtos, criando uma imagem irreal de saúde e bem-estar que muitas pessoas tentam imitar (Soterio et al., 2016). A falta de regulamentação adequada sobre a publicidade de medicamentos pode exacerbar esse problema, levando a uma maior disseminação de informações enganosas (Oliveira, 2017).

A publicidade enganosa é um problema particularmente grave. Estudos mostram que campanhas publicitárias para medicamentos de perda de peso muitas vezes minimizam os riscos e exageram os benefícios, o que pode induzir os consumidores a usarem esses produtos sem a devida cautela (BMC Public Health, 2021). Além disso, a mídia social amplifica essas mensagens, com influenciadores promovendo produtos sem base científica, aumentando ainda mais o uso irracional desses medicamentos. Essa influência é especialmente perigosa para adolescentes e jovens adultos, que são mais suscetíveis a pressões sociais e menos conscientes dos riscos envolvidos (Oliveira, 2017).

Os meios de comunicação também desempenham um papel crucial na disseminação de informações sobre medicamentos. A falta de controle e a proliferação de informações incorretas podem levar ao uso inadequado e potencialmente perigoso desses produtos. A regulação e a supervisão da publicidade de medicamentos são essenciais para garantir que as informações fornecidas ao público sejam precisas e não enganosas, protegendo assim a saúde pública (Soterio et al., 2016).

Os aspectos culturais e sociais desempenham um papel significativo no uso irracional de medicamentos para redução de peso. Esses aspectos incluem padrões de beleza, pressão social, publicidade e a influência da mídia, todos os quais podem incentivar comportamentos inadequados em relação ao uso de medicamentos.

Os padrões de beleza impostos pela sociedade muitas vezes incentivam a busca por um corpo idealizado, o que leva muitas pessoas a recorrerem a medicamentos para perda de peso sem orientação médica adequada. A pressão para alcançar e manter

um corpo magro pode ser intensa, especialmente em culturas onde a magreza é associada ao sucesso e à aceitação social. Estudos indicam que a insatisfação com a imagem corporal é um forte preditor de comportamentos de risco, como a automedicação e o uso inadequado de medicamentos para emagrecimento (Trevisol et al., 2010). Essa pressão é exacerbada pela idealização de corpos magros na mídia e em plataformas sociais, onde figuras públicas frequentemente exibem padrões corporais difíceis de alcançar para a maioria das pessoas (De Menezes et al., 2018). A influência dos padrões de beleza não se limita às mulheres. Homens também enfrentam pressões significativas para alcançar uma aparência muscular, o que pode levar ao uso de substâncias para aprimoramento físico. A insatisfação corporal entre homens é alimentada por imagens de corpos musculosos na mídia, levando a comportamentos de risco como o uso de esteroides anabolizantes (Frontiers in Psychology, 2021). Além disso, a pressão social pode causar ansiedade e depressão, que muitas vezes levam à busca por soluções rápidas e inadequadas para perda de peso, exacerbando ainda mais o problema (Trevisol et al., 2010).

A busca incessante pelo corpo perfeito pode ter implicações graves para a saúde mental e física dos indivíduos. A internalização desses padrões de beleza irrealistas muitas vezes resulta em transtornos alimentares e outras condições psicológicas, como baixa autoestima e distorção da imagem corporal (Oliveira, 2017). Além disso, o uso de medicamentos para emagrecimento sem supervisão médica pode causar efeitos colaterais sérios, incluindo dependência e complicações cardíacas.

A publicidade e a mídia também contribuem significativamente para o uso irracional de medicamentos para redução de peso. Anúncios que prometem resultados rápidos e fáceis sem mencionar os riscos associados incentivam o uso de medicamentos sem a devida orientação profissional. A mídia frequentemente apresenta celebridades e figuras públicas que utilizam esses produtos, criando uma imagem irreal de saúde e bem-estar que muitas pessoas tentam imitar (Soterio et al., 2016). A falta de regulamentação adequada sobre a publicidade de medicamentos pode exacerbar esse problema, levando a uma maior disseminação de informações enganosas (Oliveira, 2017).

A publicidade enganosa é um problema particularmente grave. Estudos mostram que campanhas publicitárias para medicamentos de perda de peso muitas vezes minimizam os riscos e exageram os benefícios, o que pode induzir os consumidores a usarem esses produtos sem a devida cautela (BMC Public Health, 2021). Além disso, a mídia social amplifica essas mensagens, com influenciadores promovendo produtos sem base científica, aumentando ainda mais o uso irracional desses medicamentos. Essa influência é especialmente perigosa para adolescentes e jovens adultos, que são mais suscetíveis a pressões sociais e menos conscientes dos riscos envolvidos (Oliveira, 2017).

Os meios de comunicação também desempenham um papel crucial na disseminação de informações sobre medicamentos. A falta de controle e a proliferação de informações incorretas podem levar ao uso inadequado e potencialmente perigoso desses produtos. A regulação e a supervisão da publicidade de medicamentos são essenciais para garantir que as informações fornecidas ao público sejam precisas e

não enganosas, protegendo assim a saúde pública (Soterio et al., 2016).

A indústria farmacêutica tem uma influência significativa no uso de medicamentos para perda de peso através de estratégias de marketing agressivas e suas relações com profissionais de saúde.

A indústria farmacêutica investe pesadamente em marketing para promover seus produtos, muitas vezes direcionando suas campanhas tanto para profissionais de saúde quanto diretamente para os consumidores. Essas campanhas publicitárias frequentemente exageram os benefícios dos medicamentos e minimizam os riscos associados ao seu uso (Pharmaceutical Technology, 2024). Essa abordagem pode induzir o uso irracional de medicamentos, uma vez que os consumidores são levados a acreditar que os medicamentos são mais seguros e eficazes do que realmente são. Além disso, a promoção direta ao consumidor, que é permitida em alguns países, pode levar os pacientes a solicitar medicamentos específicos aos seus médicos, pressionando-os a prescrever esses medicamentos mesmo quando não são clinicamente indicados (BMJ, 2023). Essa prática contribui para o uso inadequado e potencialmente perigoso de medicamentos para perda de peso.

As táticas de marketing da indústria farmacêutica incluem publicidade em massa, distribuição de amostras grátis, patrocínio de eventos médicos e financiamento de pesquisas científicas. Essas práticas podem criar um viés nas informações recebidas pelos profissionais de saúde, influenciando suas decisões de prescrição (Soterio et al., 2016). Estudos indicam que a exposição frequente a material promocional da indústria está associada a uma maior probabilidade de prescrição de medicamentos específicos promovidos pelas empresas (BMJ, 2023).

As relações entre a indústria farmacêutica e os profissionais de saúde também influenciam significativamente o uso de medicamentos. Através de incentivos financeiros e outras formas de apoio, as empresas farmacêuticas podem influenciar as práticas de prescrição dos médicos. Estudos indicam que médicos que recebem benefícios da indústria farmacêutica são mais propensos a prescrever medicamentos promovidos por essas empresas (Cost Effectiveness and Resource Allocation, 2021). Essa influência pode levar ao uso excessivo de medicamentos e ao favorecimento de novos medicamentos caros em detrimento de alternativas mais baratas e igualmente eficazes. É fundamental que haja transparência nas relações entre a indústria farmacêutica e os profissionais de saúde para garantir que as decisões de prescrição sejam baseadas em evidências e no melhor interesse dos pacientes (Pharmaceutical Technology, 2024).

A transparência é crucial para manter a confiança no sistema de saúde. As regulamentações que exigem a divulgação de qualquer conflito de interesse entre médicos e a indústria farmacêutica são um passo importante para garantir que as prescrições sejam feitas com base nas melhores evidências disponíveis (Journal of Ethics, 2023). Políticas rigorosas e a educação contínua sobre ética profissional são necessárias para mitigar a influência indevida da indústria farmacêutica sobre as decisões médicas (BMJ, 2023).

O acesso facilitado a medicamentos para emagrecimento e a publicidade direcionada ao consumidor são fatores que contribuem significativamente para o uso irracional

desses produtos. A falta de regulamentação e controle efetivo permite que esses medicamentos sejam vendidos sem a devida prescrição médica, o que pode levar a graves consequências para a saúde pública (Apovian, 2016).

A venda de medicamentos sem receita médica é uma prática comum em várias regiões, incluindo o Brasil. Essa prática é ilegal e representa um risco significativo à saúde pública, uma vez que permite o acesso a medicamentos que deveriam ser controlados e usados sob supervisão médica (Jusbrasil, 2021). A falta de fiscalização eficaz e a alta demanda por soluções rápidas para perda de peso incentivam a comercialização ilegal desses produtos, muitas vezes através de plataformas online que burlam a legislação sanitária (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016).

A facilidade de acesso a medicamentos sem prescrição promove a automedicação, que é frequentemente associada ao uso inadequado e abusivo de medicamentos. Essa prática pode levar ao desenvolvimento de dependência, efeitos adversos graves e interações medicamentosas perigosas. Um estudo realizado pelo Centro de Apoio à Terapia Racional pela Informação sobre Medicamentos (Ceatrim) da Universidade Federal Fluminense destacou que mesmo medicamentos de venda livre podem causar reações adversas significativas dependendo da dose e das condições de saúde do indivíduo (Organização Mundial da Saúde, 2020).

No Brasil, estudos mostram que a automedicação é uma prática difundida, impulsionada por fatores culturais e pela percepção de que medicamentos podem ser usados de forma segura sem orientação profissional. A pesquisa "Saúde: Visão do Consumidor" realizada pelo Procon de São Paulo em 2007 revelou que 63,33% dos entrevistados acreditam que a publicidade de medicamentos induz à automedicação, evidenciando a influência da propaganda na decisão de consumir medicamentos sem prescrição (Apovian, 2016).

A propaganda direta ao consumidor de medicamentos é uma estratégia amplamente utilizada pela indústria farmacêutica para promover seus produtos. No Brasil, a publicidade de medicamentos é regulamentada por uma série de leis e resoluções, incluindo a RDC 96/2008 da Anvisa, que estabelece diretrizes específicas para a propaganda de medicamentos (Anvisa, 2008). No entanto, a implementação e a fiscalização dessas regulamentações muitas vezes deixam a desejar, permitindo que mensagens publicitárias enganosas cheguem aos consumidores (Silva et al., 2021).

A propaganda de medicamentos para o grande público muitas vezes minimiza os riscos e exagera os benefícios dos produtos, induzindo os consumidores a acreditarem que são seguros e eficazes para todos os usuários. Essa prática é especialmente problemática no caso de medicamentos para emagrecimento, que podem ter efeitos adversos significativos (Apovian, 2016). A influência da mídia e das celebridades, que frequentemente promovem esses produtos sem base científica, amplifica ainda mais o problema (Silva et al., 2021).

Estudos indicam que a propaganda de medicamentos sem prescrição na TV aberta e em outras mídias pode induzir a automedicação e o uso inadequado de medicamentos. No Brasil, pesquisas realizadas pelo Procon de São Paulo revelam que a maioria dos consumidores acredita que a publicidade de medicamentos contribui para o aumento da automedicação (Ofori-Asenso & Agyeman, 2016). A falta

de informação adequada sobre os riscos e as contraindicações dos medicamentos anunciados representa um desafio significativo para a promoção do uso racional de medicamentos.

A publicidade enganosa é um problema particularmente grave. Estudos mostram que campanhas publicitárias para medicamentos de perda de peso frequentemente minimizam os riscos e exageram os benefícios, o que pode induzir os consumidores a usarem esses produtos sem a devida cautela. A mídia social amplifica essas mensagens, com influenciadores promovendo produtos sem base científica, aumentando ainda mais o uso irracional desses medicamentos. Essa influência é especialmente perigosa para adolescentes e jovens adultos, que são mais suscetíveis a pressões sociais e menos conscientes dos riscos envolvidos (Silva et al., 2021).

Impactos do Uso Irracional de Medicamentos para Redução de Peso

O uso irracional de medicamentos para redução de peso pode causar uma série de impactos negativos na saúde dos indivíduos. Esses impactos podem se manifestar em diferentes sistemas do corpo, resultando em complicações cardiovasculares, efeitos gastrointestinais e distúrbios endócrinos. Entender esses efeitos é crucial para conscientizar sobre os riscos associados ao uso inadequado desses medicamentos.

Os efeitos na saúde física decorrentes do uso irracional de medicamentos para emagrecimento são diversos e podem ser severos. Esses medicamentos, muitas vezes utilizados sem a orientação adequada, podem provocar uma série de complicações que afetam diferentes sistemas do corpo humano.

Uma das principais preocupações relacionadas ao uso de medicamentos para perda de peso é o impacto cardiovascular. Muitos desses medicamentos, especialmente os que contêm anfetaminas e efedrina, podem causar aumento da frequência cardíaca, hipertensão e outras complicações cardíacas graves. Haller e Benowitz (2000) relataram eventos adversos significativos no sistema cardiovascular associados ao uso de suplementos dietéticos contendo alcaloides de efedra. Esses eventos incluem taquicardia, hipertensão e, em casos extremos, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral.

Além disso, medicamentos como a sibutramina foram associados a um aumento no risco de eventos cardiovasculares adversos. Estudos demonstraram que o uso prolongado de sibutramina pode levar a um aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca, contribuindo para um maior risco de doenças cardiovasculares (Halpern et al., 2011). Esses efeitos são particularmente preocupantes em indivíduos com predisposição a doenças cardíacas, onde o uso de tais medicamentos pode exacerbar condições preexistentes.

Um exemplo notável é o caso da sibutramina, que, apesar de ser eficaz na redução de peso, foi retirada do mercado em muitos países devido aos seus riscos cardiovasculares. A revisão de Akalestou et al. (2022) ressalta que a manipulação de neurotransmissores como serotonina e noradrenalina, apesar de eficaz na redução do apetite, pode aumentar a pressão arterial e a frequência cardíaca, levando a um maior risco de complicações cardiovasculares.

Os efeitos gastrointestinais são outra área de preocupação significativa. Medicamentos como o orlistat, que atuam inibindo a absorção de gorduras, podem causar efeitos adversos como esteatorreia, flatulência e incontinência fecal (Heck et al., 2000). Esses efeitos não apenas causam desconforto significativo, mas também podem levar a deficiências nutricionais a longo prazo se o uso do medicamento não for adequadamente monitorado.

A interrupção do metabolismo de gorduras e a alteração na absorção de nutrientes essenciais podem resultar em deficiências vitamínicas, especialmente de vitaminas lipossolúveis como A, D, E e K. A utilização prolongada de medicamentos que afetam o sistema gastrointestinal sem orientação médica pode comprometer seriamente a saúde nutricional do indivíduo (Heck et al., 2000). Apovian (2016) destaca que a má absorção de nutrientes devido ao uso de inibidores de lipase pode levar a complicações adicionais, como osteoporose e doenças imunológicas, devido à deficiência de vitaminas essenciais.

Os medicamentos para emagrecimento podem também causar distúrbios endócrinos, afetando a regulação hormonal do corpo. O uso de anorexígenos, por exemplo, pode interferir com os hormônios que regulam a fome e a saciedade, levando a disfunções hormonais que podem persistir mesmo após a interrupção do medicamento (Apovian, 2016). Estes medicamentos podem alterar o equilíbrio de hormônios como leptina e grelina, fundamentais na regulação do apetite e do peso corporal.

Distúrbios endócrinos podem incluir a disfunção da tireoide e alterações nos níveis de insulina, que podem predispor o indivíduo ao desenvolvimento de diabetes tipo 2. A interrupção dos ciclos hormonais naturais do corpo pode ter efeitos de longo prazo, impactando negativamente o metabolismo e a homeostase geral (Apovian, 2016). Além disso, a manipulação inadequada dos níveis hormonais pode afetar o humor e a saúde mental, contribuindo para condições como ansiedade e depressão (Astrup et al., 2000).

A interferência nos eixos hormonais pode também resultar em problemas reprodutivos, como irregularidades menstruais em mulheres e redução da libido em ambos os sexos. Estudos sugerem que o uso de medicamentos que afetam o sistema endócrino pode ter consequências de longo prazo, muitas vezes irreversíveis, especialmente quando utilizados sem a supervisão adequada (Akalestou et al., 2022). Os medicamentos para emagrecimento, frequentemente utilizados de maneira inadequada, podem ter consequências significativas na saúde mental dos indivíduos. Esses efeitos incluem dependência psicológica, transtornos de ansiedade e depressão, entre outros distúrbios.

A dependência psicológica é um risco significativo associado ao uso de medicamentos para perda de peso. Muitos desses medicamentos atuam no sistema nervoso central, alterando os níveis de neurotransmissores e criando uma sensação de bem-estar ou euforia. Isso pode levar ao uso continuado e compulsivo dos medicamentos, mesmo na ausência de necessidade médica (Halpern et al., 2011). A dependência psicológica é particularmente problemática porque pode perpetuar o ciclo de uso irracional, com os indivíduos se tornando cada vez mais dependentes do medicamento para manter o peso ou a sensação de controle.

Além disso, a literatura sugere que a retirada abrupta desses medicamentos pode resultar em sintomas de abstinência, aumentando a dificuldade de cessar o uso (Haller & Benowitz, 2000). A dependência psicológica, portanto, não apenas perpetua o uso inadequado, mas também pode levar a complicações adicionais quando o indivíduo tenta parar de usar o medicamento.

O uso de medicamentos para emagrecimento também está associado ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade. A alteração nos níveis de neurotransmissores como a serotonina e a noradrenalina pode exacerbar ou precipitar sintomas de ansiedade (Apovian, 2016). Estudos indicam que indivíduos que utilizam anorexígenos ou outros medicamentos estimulantes frequentemente relatam níveis elevados de ansiedade, inquietação e nervosismo (Frontiers in Psychology, 2021).

Esses transtornos de ansiedade podem ser particularmente debilitantes, afetando a qualidade de vida e o bem-estar geral dos indivíduos. A ansiedade pode levar a comportamentos de evitação, problemas de sono e dificuldades nas interações sociais, criando um ciclo vicioso que agrava o uso irracional de medicamentos para tentar controlar esses sintomas (Astrup et al., 2000). A presença de ansiedade pode também levar ao uso concomitante de outros medicamentos ansiolíticos, aumentando o risco de interações medicamentosas perigosas.

Além da ansiedade, o uso irracional de medicamentos para perda de peso pode levar ao desenvolvimento de depressão e outros distúrbios psicológicos. A manipulação dos níveis hormonais e neurotransmissores pode resultar em disforia e sintomas depressivos (Astrup et al., 2000). Estudos mostram que a retirada de medicamentos anorexígenos pode precipitar episódios de depressão severa, especialmente em indivíduos predispostos a transtornos afetivos (Apovian, 2016).

A depressão pode ser um efeito colateral do uso prolongado de medicamentos que alteram a química cerebral. Indivíduos que desenvolvem depressão como resultado do uso de medicamentos para emagrecimento frequentemente relatam uma perda de interesse em atividades anteriormente prazerosas, sentimentos de desesperança e alterações significativas no apetite e no sono (Apovian, 2016). Esses sintomas podem ser exacerbados pela insatisfação com a imagem corporal e o fracasso percebido em alcançar os objetivos de perda de peso, criando um ciclo de automedicação e agravamento dos sintomas depressivos.

Além da depressão, outros distúrbios como transtornos alimentares podem emergir ou ser exacerbados pelo uso irracional de medicamentos para perda de peso. A fixação na perda de peso e a utilização de métodos inadequados para alcançá-la podem levar a comportamentos alimentares desordenados, como bulimia e anorexia nervosa (Astrup et al., 2008). Esses distúrbios não só afetam a saúde mental, mas também colocam em risco a saúde física, criando um quadro complexo de comorbidades que são difíceis de tratar sem intervenção multidisciplinar.

Políticas e Regulamentações

As políticas e regulamentações são essenciais para controlar o uso de medicamentos e garantir que sejam utilizados de maneira segura e eficaz. No caso dos medicamentos para redução de peso, a regulamentação é ainda mais crucial devido

aos riscos associados ao seu uso inadequado. Este tópico aborda as legislações nacionais e internacionais, bem como os programas de monitoramento e controle implementados por organizações como a ANVISA e a OMS.

As legislações e diretrizes tanto nacionais quanto internacionais visam assegurar que os medicamentos sejam usados de forma responsável, minimizando os riscos à saúde pública.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável pela regulamentação e controle de medicamentos. A RDC 96/2008 é uma das principais normativas que regula a publicidade de medicamentos, estabelecendo diretrizes para garantir que as informações fornecidas ao público sejam precisas e não induzam ao uso inadequado (Anvisa, 2008). Esta resolução proíbe a propaganda de medicamentos controlados e estabelece critérios rígidos para a publicidade de medicamentos isentos de prescrição, exigindo a inclusão de advertências sobre os riscos do uso inadequado.

Além da RDC 96/2008, outras normativas como a Lei nº 9.294/1996, que regula a propaganda comercial de medicamentos, e a RDC 102/2000, que trata da rotulagem e bulas de medicamentos, são fundamentais para garantir a segurança no uso de medicamentos (Jusbrasil, 2021). Essas leis visam proteger os consumidores, garantindo que tenham acesso a informações claras e precisas sobre os medicamentos que consomem.

No âmbito internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha um papel crucial na regulamentação de medicamentos. A OMS estabelece diretrizes que são seguidas por diversos países para garantir a segurança e eficácia dos medicamentos. Entre essas diretrizes, destacam-se as recomendações sobre a seleção e uso de medicamentos essenciais, que visam promover o uso racional de medicamentos (WHO, 2017).

A OMS também promove a harmonização de normas regulatórias entre diferentes países, facilitando o comércio internacional de medicamentos e garantindo que padrões de qualidade sejam mantidos globalmente. Diretrizes como as boas práticas de fabricação e as normas para a aprovação de novos medicamentos são exemplos de esforços internacionais para assegurar a segurança no uso de medicamentos (WHO, 2020).

Além das legislações, programas de monitoramento e controle são implementados para garantir que os medicamentos sejam utilizados de forma segura e eficaz. Esses programas envolvem a vigilância contínua do uso de medicamentos e a implementação de medidas para corrigir práticas inadequadas.

A ANVISA desempenha um papel fundamental no monitoramento e controle do uso de medicamentos no Brasil. A agência realiza inspeções regulares em farmácias e indústrias farmacêuticas para garantir que as normas sejam cumpridas. Além disso, a ANVISA possui programas de farmacovigilância que monitoram os efeitos adversos dos medicamentos, permitindo a identificação rápida de problemas de segurança e a implementação de ações corretivas (Anvisa, 2008).

A ANVISA também promove campanhas de conscientização sobre o uso racional de medicamentos, educando a população sobre os riscos da automedicação e a

importância de seguir as orientações médicas (Silva et al., 2021). Essas iniciativas são essenciais para reduzir o uso inadequado de medicamentos e proteger a saúde pública.

A OMS implementa várias iniciativas para promover o uso racional de medicamentos em nível global. Entre essas iniciativas, destacam-se os programas de monitoramento de medicamentos essenciais, que visam garantir que os medicamentos mais necessários estejam disponíveis e sejam utilizados de forma adequada (WHO, 2017). A OMS também promove a cooperação entre países para compartilhar informações e melhores práticas na regulamentação e uso de medicamentos. Iniciativas como o Sistema Internacional de Monitoramento de Medicamentos permitem a coleta e análise de dados sobre reações adversas, ajudando a melhorar a segurança dos medicamentos em todo o mundo (WHO, 2020).

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se exclusivamente em pesquisa bibliográfica, valorizando a importância de compilar e analisar informações previamente publicadas. Foram utilizadas as fontes mais atualizadas e pertinentes, sem ignorar aquelas clássicas essenciais para um entendimento aprofundado do tema. Nesse contexto, priorizamos artigos disponíveis em texto completo em inglês, português ou espanhol, e buscamos as fontes mais recentes possíveis para assegurar a atualidade dos dados, mantendo a inclusão de trabalhos de significativa relevância e impacto, independentemente de suas datas de publicação.

Para assegurar a precisão e a qualidade dos dados coletados, foram definidos critérios específicos de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão envolveram estudos que abordam diretamente o uso irracional de medicamentos para redução de peso e que foram publicados em periódicos revisados por pares. Em contrapartida, os critérios de exclusão aplicados foram: artigos que não focam especificamente no uso de medicamentos para emagrecimento, estudos gerais sobre automedicação, publicações sem dados empíricos ou revisões sistemáticas, e fontes que não estão disponíveis em texto completo. Esses critérios garantem que apenas estudos relevantes e confiáveis sejam considerados para análise neste trabalho.

A escolha pela pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de reunir e discutir informações publicadas sobre o uso irracional de medicamentos para redução de peso, proporcionando uma base teórica robusta para abordar os problemas e soluções associados a essa prática.

A revisão da literatura foi conduzida de forma sistemática, envolvendo a seleção de fontes relevantes e a análise crítica dos dados obtidos. Foram utilizadas diversas bases de dados acadêmicas e científicas, incluindo Google Scholar, PubMed, SciELO, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Academia.edu. A coleta de dados foi realizada através de buscas sistemáticas nessas plataformas, utilizando palavras-chave como "uso irracional de medicamentos", "medicamentos para emagrecimento", "anorexígenos", "termogênicos" e "regulação de medicamentos". Após a identificação das fontes relevantes, os artigos foram selecionados com base nos critérios de

inclusão e exclusão estabelecidos e analisados detalhadamente.

Os dados coletados passaram por análises qualitativas e quantitativas. A análise qualitativa envolveu a revisão crítica e a síntese das informações encontradas, permitindo a identificação de padrões e lacunas na literatura. A análise quantitativa focou na extração de dados numéricos, coletando informações sobre a prevalência do uso irracional de medicamentos, os efeitos adversos mais comuns, e as políticas e regulamentações existentes. Esta abordagem ajudou a quantificar os impactos do uso inadequado de medicamentos para emagrecimento e avaliar a eficácia das medidas de controle e regulação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica realizada neste estudo revelou diversos aspectos críticos sobre a frequência e os padrões de uso irracional de medicamentos para redução de peso. Estudos recentes demonstram que o uso desses medicamentos é prevalente em várias faixas etárias, com uma incidência particularmente alta entre adultos jovens e adolescentes. A busca por soluções rápidas para a perda de peso e a influência de padrões estéticos promovidos pela mídia e pela sociedade são fatores que contribuem significativamente para essa prática (Apovian, 2016).

Os medicamentos mais comumente utilizados incluem anorexígenos, termogênicos e inibidores de apetite. Anorexígenos, como a sibutramina, são amplamente utilizados apesar de suas associações com eventos cardiovasculares adversos, como hipertensão e taquicardia (Halpern et al., 2011). Termogênicos, como a cafeína e a efedrina, atuam aumentando o metabolismo basal e a termogênese, mas seu uso sem supervisão pode levar a problemas cardiovasculares significativos, incluindo arritmias e infartos (Haller & Benowitz, 2000). Inibidores de apetite, como o orlistat, bloqueiam a absorção de gorduras no intestino, mas podem causar efeitos gastrointestinais desagradáveis e deficiências nutricionais a longo prazo (Heck *et al.*, 2000).

Além da sibutramina, cafeína e orlistat, há um uso significativo de combinações de medicamentos e suplementos que prometem resultados rápidos e eficazes. Esses produtos muitas vezes contêm múltiplos ingredientes ativos, incluindo substâncias como a fentermina, que atua como um potente estimulante do sistema nervoso central (Astrup et al., 2008). A liraglutida, um agonista do receptor GLP-1, também é mencionada frequentemente por sua eficácia na promoção da saciedade e do retardo do esvaziamento gástrico, resultando em uma perda de peso significativa, mas seu uso deve ser cuidadosamente monitorado devido aos seus potenciais efeitos colaterais, incluindo náuseas e pancreatite (Pi-Sunyer et al., 2015).

A prevalência do uso irracional desses medicamentos sem a devida orientação médica destaca a necessidade de intervenções mais eficazes em termos de educação e regulamentação. A falta de conhecimento sobre os riscos associados ao uso de medicamentos para emagrecimento e a influência de campanhas publicitárias enganosas contribuem significativamente para o uso inadequado desses produtos (Soterio et al., 2016). A automedicação e a pressão social para alcançar um corpo idealizado são fatores críticos que perpetuam essa prática (De Menezes et al., 2018).

A análise dos efeitos adversos dos medicamentos para perda de peso revela a gravidade dos riscos à saúde associados ao seu uso inadequado. Complicações cardiovasculares, efeitos gastrointestinais e distúrbios endócrinos são alguns dos problemas mais comuns enfrentados pelos usuários desses medicamentos (Haller & Benowitz, 2000). A dependência psicológica, os transtornos de ansiedade e a depressão são igualmente preocupantes, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais holística e informada para a gestão do peso (Apovian, 2016). A implementação de políticas públicas e regulamentações mais rigorosas é crucial para controlar o uso de medicamentos para emagrecimento e proteger a saúde pública. Programas de educação e conscientização sobre os riscos da automedicação e o uso inadequado de medicamentos são essenciais para promover o uso racional desses produtos (WHO, 2020). Em conclusão, os resultados deste estudo sublinham a importância de uma abordagem integrada que envolva regulamentação eficaz, educação pública e suporte médico adequado para abordar o problema do uso irracional de medicamentos para perda de peso. A conscientização sobre os riscos e a promoção de práticas seguras são fundamentais para mitigar os impactos negativos dessa prática na saúde pública (Astrup & Rossner, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou o uso irracional de medicamentos para redução de peso, identificando os principais fatores que contribuem para essa prática e seus impactos na saúde pública. A revisão bibliográfica revelou que o uso desses medicamentos é prevalente em diversas faixas etárias, com incidência particularmente alta entre jovens adultos e adolescentes. A busca por soluções rápidas para perda de peso, impulsionada por padrões estéticos promovidos pela mídia e pela sociedade, contribui significativamente para essa prática inadequada.

Os medicamentos mais utilizados incluem anorexígenos, termogênicos e inibidores de apetite, cada um com mecanismos de ação específicos. Anorexígenos como a sibutramina agem no sistema nervoso central para suprimir o apetite, mas estão associados a riscos cardiovasculares significativos, como hipertensão e taquicardia. Termogênicos, como a cafeína e a efedrina, aumentam o metabolismo basal, mas seu uso indiscriminado pode levar a complicações cardiovasculares graves. Inibidores de apetite, como o orlistat, bloqueiam a absorção de gorduras no intestino, mas podem causar efeitos gastrointestinais desagradáveis e deficiências nutricionais a longo prazo.

Este estudo contribui para a compreensão dos fatores que levam ao uso irracional de medicamentos para redução de peso e dos impactos dessa prática na saúde dos indivíduos. Ao identificar os principais medicamentos utilizados e os riscos associados, o estudo oferece uma base teórica sólida para discutir intervenções e políticas públicas que possam mitigar esses riscos. A análise das consequências físicas e mentais do uso inadequado desses medicamentos destaca a necessidade de uma abordagem mais informada e holística para a gestão do peso.

Futuras pesquisas devem explorar intervenções específicas que possam reduzir o uso

irracional de medicamentos para emagrecimento, incluindo campanhas de educação pública sobre os riscos associados a esses medicamentos e a promoção de alternativas seguras e eficazes para a perda de peso. Além disso, é crucial investigar o impacto de políticas regulatórias mais rigorosas na prescrição e venda desses medicamentos, bem como a eficácia de programas de monitoramento e controle implementados por agências de saúde como a ANVISA e a OMS.

Para mitigar os riscos associados ao uso irracional de medicamentos para redução de peso, é essencial implementar uma série de intervenções. Primeiramente, campanhas de conscientização pública devem ser desenvolvidas para educar a população sobre os perigos da automedicação e o uso inadequado de medicamentos para emagrecimento. Essas campanhas devem enfatizar a importância de buscar orientação médica antes de iniciar qualquer tratamento com medicamentos para perda de peso.

Além disso, é necessário fortalecer a regulamentação sobre a venda e a publicidade de medicamentos para emagrecimento. A ANVISA e outras agências reguladoras devem intensificar a fiscalização para garantir que medicamentos sejam vendidos apenas com prescrição médica e que a publicidade seja precisa e não induza ao uso inadequado. A implementação de programas de monitoramento contínuo, como a farmacovigilância, pode ajudar a identificar rapidamente problemas de segurança e tomar medidas corretivas.

Por fim, é fundamental promover a colaboração entre profissionais de saúde para assegurar que os pacientes recebam orientação adequada sobre o uso de medicamentos para perda de peso. A formação contínua de médicos, farmacêuticos e outros profissionais de saúde sobre os riscos associados a esses medicamentos e sobre alternativas seguras pode contribuir significativamente para a promoção do uso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

AKALESTOU, E.; MIRAS, A. D.; RUTTER, G. A.; LE ROUX, C. W. **Mecanismos de perda de peso após cirurgia de obesidade**. *Endocrine Reviews*, v. 43, n. 1, p. 19-34, 2022.

ANVISA. **RDC 96/2008**. 2008. Disponível em: <https://www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2024.

APOVIAN, C. M. **As consequências clínicas e econômicas da obesidade**. *American Journal of Managed Care*, v. 22, n. 7, p. s176-s185, 2016. Disponível em: <https://www.ajmc.com/view/the-clinical-and-economic-consequences-of-obesity>. Acesso em: 19 maio 2024.

ASTRUP, A.; ROSSNER, S. **Lições dos programas de manejo da obesidade: maior perda de peso inicial melhora a manutenção a longo prazo**. *Obesity Reviews*, v. 1, n. 1, p. 17-19, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1467-789x.2000.00006.x>. Acesso em: 21 maio 2024.

ASTRUP, A.; DYERBERG, J.; SELLECK, M.; STENDER, S. **Transição nutricional sua relação com o desenvolvimento da obesidade e doenças crônicas relacionadas**.

Obesity Reviews, v. 9, supl. 1, p. 48-52, 2008.

BMC PUBLIC HEALTH. **Armazenamento, desperdício e determinantes associados de medicamentos entre domicílios urbanos: uma revisão sistemática e meta-análise de pesquisas domiciliares.** 2021. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com>. Acesso em: 14 maio 2024.

BMJ. **Eficácia das intervenções de manejo de peso para adultos realizadas em cuidados primários: revisão sistemática e meta-análise de ensaios controlados randomizados.** 2023. Disponível em: <https://www.bmj.com>. Acesso em: 23 maio 2024.

COST EFFECTIVENESS AND RESOURCE ALLOCATION. **Preditores de perda devido a fraudes farmacêuticas: evidências dos EUA.** 2021. Disponível em: <https://resource-allocation.biomedcentral.com>. Acesso em: 20 maio 2024.

DE MENEZES, et al. **Riscos causados pelo uso indiscriminado de medicamentos para emagrecer.** RSD Journal, 2018. Disponível em: <https://www.rsdfertiljournal.com.br>. Acesso em: 22 maio 2024.

FRONTIERS IN PHARMACOLOGY. **Uso irracional de medicamentos no tratamento de asma presumida entre provedores de cuidados primários rurais no sudoeste da China.** 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org>. Acesso em: 17 maio 2024.

FRONTIERS IN PSYCHOLOGY. Fatores biológicos, psicológicos e socioculturais que contribuem para a busca da muscularidade em homens que **treinam com pesos.** 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org>. Acesso em: 15 maio 2024.

HALLER, C. A.; BENOWITZ, N. L. **Eventos adversos cardiovasculares e do sistema nervoso central associados com suplementos dietéticos contendo alcaloides de efedra.** New England Journal of Medicine, v. 343, n. 25, p. 1833- 1838, 2000.

HALPERN, B.; OLIVEIRA, M.; FARIA, A. N.; HALPERN, A. **Tratamento da obesidade: opções farmacológicas e nutricionais.** Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 33, supl. 1, p. S28-S31, 2011.

HECK, A. M.; YANOVSKI, J. A.; CALIS, K. A. **Orlistat, um novo inibidor de lipase para o manejo da obesidade.** Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy, v. 20, n. 3, p. 270-279, 2000.

JOURNAL OF ETHICS. **Deveriam os medicamentos ser usados como intervenções para perda de peso em adolescentes classificados como obesos pelo IMC?** 2023. Disponível em: <https://journalofethics.ama-assn.org>. Acesso em: 18 maio 2024.

JUSBRASIL. **Venda de Medicamentos sem Receita Médica Crime.** 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 maio 2024.

OFORI-ASENSO, R.; AGYEMAN, A. A. **Uso irracional de medicamentos - Um resumo dos conceitos chave.** Pharmacy, v. 4, n. 4, p. 35, 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com>. Acesso em: 15 maio 2024.

OLIVEIRA, F. **O uso irracional do omeprazol: uma revisão.** RSD Journal, 2017. Disponível em: <https://www.rsdfertiljournal.com.br>. Acesso em: 20 maio 2024.

PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY. **Medicamentos para obesidade além dos agonistas do receptor GLP-1 em 2024.** 2024. Disponível em: <https://www.pharmaceutical->

technology.com. Acesso em: 19 maio 2024.

PI-SUNYER, F. X., et al. **Um ensaio clínico randomizado de 3,0 mg de liraglutidano manejo de peso.** New England Journal of Medicine, v. 373, n. 1, p. 11-22, 2015.

PLOS ONE. **Revisão sistemática sobre o uso irracional de medicamentos na China e no Vietnã.** 2021. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, J. F. da C., SILVA, P. S., BOKEHI, J. R., & CASTILHO, S. R. de. (2021). **Análise da propaganda de medicamentos isentos de prescrição em TV aberta.** Revista de Direito Sanitário.

SOTERIO, et al. **O papel do farmacêutico no uso racional de antimicrobianos.** Academia.edu, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 16 maio 2024.

TREVISOL, et al. **Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultural.** Academia.edu, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 22 maio 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Seleção e uso de medicamentos essenciais.**2017. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 17 maio 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesidade e excesso de peso.** 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 21 maio 2024.